

**Relatório da Administração**

**Apresentação:** A Diretoria do Banco Citibank S.A. (Banco), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

**Desempenho:** O Banco Citibank S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 1.171.769 (2018 - R\$ 1.021.530), correspondente a R\$ 41,39 (2018 - R\$ 36,09) por lote de mil ações, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 20,26% (2018 - 19,06%). Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 17,14% (2018 - 15,85%).

**Balancos Patrimoniais**

em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>71.752.851</b>	<b>55.509.661</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>1.898.447</b>	<b>3.379.545</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5</b>	<b>15.742.625</b>	<b>15.122.322</b>
Aplicações em operações compromissadas		14.269.375	14.112.633
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.473.250	1.009.689
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6 e 7</b>	<b>21.251.811</b>	<b>14.388.717</b>
Carteira própria		10.544.306	8.886.820
Vinculados a operações compromissadas		4.731.998	3.152.397
Instrumentos financeiros derivativos		3.955.875	1.998.325
Vinculados a prestação de garantias		2.019.632	351.175
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>4.043.128</b>	<b>2.826.059</b>	
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central		4.043.095	2.826.042
Correspondentes no país		33	17
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>	<b>4.922.028</b>	<b>4.807.870</b>
Operações de crédito - setor privado		5.051.755	4.867.058
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(129.727)	(59.188)
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>8</b>	<b>(1)</b>	<b>128</b>
Arrendamentos a receber - setor privado		23.550	2.626
(Rendas de arrendamento a apropriar - setor privado)		(23.551)	(2.282)
(Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		-	(216)
<b>Outros créditos</b>	<b>23.893.681</b>	<b>14.980.322</b>	
Créditos por avais e fianças honorados		8	78.910
Carteira de câmbio		9	18.218.964
Rendas a receber		10	75.600
Negociação e intermediação de valores		11	96.472
Crédito tributário		12	343.214
Diversos		13	5.211.413
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		8	(130.892)
<b>Outros valores e bens</b>	<b>14</b>	<b>1.132</b>	<b>4.698</b>
Despesas antecipadas		14	1.132
<b>Não circulante</b>		<b>16.734.414</b>	<b>16.404.249</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>16.153.533</b>	<b>15.939.658</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5</b>	<b>115.939</b>	<b>70.528</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros		115.939	70.528
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6 e 7</b>	<b>11.373.084</b>	<b>11.330.194</b>
Carteira própria		3.273.131	3.586.538
Vinculados a operações compromissadas		2.346.727	378.160
Instrumentos financeiros derivativos		1.039.114	1.201.713
Vinculados a prestação de garantias		4.714.112	6.163.783
<b>Operações de crédito</b>	<b>8</b>	<b>1.996.223</b>	<b>2.308.912</b>
Operações de crédito - setor privado		2.039.117	2.334.653
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(42.894)	(25.741)
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>8</b>	<b>(866)</b>	<b>65</b>
Arrendamentos a receber - setor privado		38.494	53.823
(Rendas de arrendamento a apropriar - setor privado)		(38.567)	(53.648)
(Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(793)	(110)
<b>Outros créditos</b>	<b>2.669.153</b>	<b>2.229.959</b>	
Créditos por avais e fianças honorados		8	513
Carteira de câmbio		9	986.255
Rendas a receber		10	513
Crédito tributário		12	692.486
Diversos		13	987.791
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		8	1.595
<b>Permanente</b>	<b>580.881</b>	<b>464.591</b>	
<b>Investimentos</b>	<b>15</b>	<b>247.118</b>	<b>155.916</b>
Participações em coligadas e controladas		244.063	152.861
Outros investimentos		9.305	9.305
(Provisões para perdas)		(5.980)	(5.980)
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>16</b>	<b>102.899</b>	<b>138.809</b>
Sistemas de processamento de dados		10	261.310
Outras imobilizações de uso		10	513
(Depreciações acumuladas)		(158.411)	(297.799)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	<b>17</b>	<b>76.785</b>	<b>58.296</b>
Bens arrendados		139.982	137.410
(Depreciações acumuladas)		(28.255)	(21.148)
(Insuficiência de depreciação)		(34.942)	(57.966)
<b>Intangível</b>	<b>18</b>	<b>154.079</b>	<b>162.096</b>
Ativos intangíveis		330.427	303.531
(Amortizações acumuladas)		(176.348)	(141.435)
<b>Total do ativo</b>		<b>88.487.265</b>	<b>71.913.910</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 o Banco distribuiu e pagou juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 459.836 (2018 - R\$ 559.000) e pagou dividendos no valor de 320.000 (2018 - R\$ 0).

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos

Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>71.834.934</b>	<b>57.046.250</b>
<b>Depósitos</b>	<b>19</b>	<b>19.346.013</b>	<b>17.028.775</b>
Depósitos à vista		5.701.768	4.751.875
Depósitos interfinanceiros		2.356.908	3.903.446
Depósitos a prazo		11.287.337	8.373.454
<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>20</b>	<b>14.586.068</b>	<b>10.636.842</b>
Carteira própria		6.811.830	3.214.340
Carteira de terceiros		3.257.249	3.747.247
Carteira livre movimentação		4.516.989	3.675.255
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	<b>426.414</b>	<b>264.541</b>	
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		36.881	46.073
Certificado de operações estruturadas		389.533	218.474
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>2.005.752</b>	<b>1.103.230</b>	
Correspondentes no país		2.005.752	1.103.230
<b>Relações interdependências</b>	<b>1.010.701</b>	<b>1.343.132</b>	
Recursos em trânsito de terceiros		1.010.701	1.343.132
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>21.a</b>	<b>10.580.869</b>	<b>9.999.895</b>
Empréstimos no exterior		10.580.869	9.999.895
<b>Obrigações por repasses do país</b>	<b>21.b</b>	<b>132.577</b>	<b>83.679</b>
<b>Instituições oficiais</b>			
BNDES		-	251
FINAME		90	232
Outras instituições		132.487	83.196
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>7</b>	<b>4.364.947</b>	<b>2.551.406</b>
Instrumentos financeiros derivativos		4.364.947	2.551.406
<b>Obrigações por repasses do exterior</b>	<b>21.b</b>	<b>503.482</b>	<b>883.426</b>
Repasses do exterior		503.482	883.426
<b>Outras obrigações</b>	<b>18.878.111</b>	<b>13.151.318</b>	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		13.288	743.251
Carteira de câmbio		9	17.107.463
Societária e estatutária		22	96.677
Fiscais e previdenciárias		23	367.254
Negociação e intermediação de valores		11	474.840
Diversas		24	823.799
<b>Não circulante</b>	<b>10.769.396</b>	<b>9.432.426</b>	
<b>Depósitos</b>	<b>19</b>	<b>4.195.230</b>	<b>4.173.661</b>
Depósitos interfinanceiros		6.305.162	750.504
Depósitos a prazo		3.565.068	3.423.157
<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>20</b>	<b>191.560</b>	<b>285.532</b>
Carteira própria		191.560	285.532
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	<b>449.700</b>	<b>118.397</b>	
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		210.998	7.304
Certificado de operações estruturadas		238.702	111.093
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>21.a</b>	<b>107</b>	<b>-</b>
Empréstimos no exterior		107	-
<b>Obrigações por repasses do país</b>	<b>21.b</b>	<b>4.173</b>	<b>8.873</b>
<b>Instituições oficiais</b>			
BNDES		82	135
FINAME		1.569	3.146
Outras instituições		2.522	5.592
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>7</b>	<b>2.447.581</b>	<b>2.722.291</b>
Instrumentos financeiros derivativos		2.447.581	2.722.291
<b>Obrigações por repasses do exterior</b>	<b>21.b</b>	<b>1.304.367</b>	<b>1.220.492</b>
Repasses do exterior		1.304.367	1.220.492
<b>Outras obrigações</b>	<b>2.129.617</b>	<b>852.128</b>	
Carteira de câmbio		9	991.350
Fiscais e previdenciárias		23	74.898
Negociação e intermediação de valores		11	197.075
Diversas		24	866.294
<b>Resultados de exercícios futuros</b>	<b>47.061</b>	<b>51.052</b>	
Resultados de exercícios futuros		47.061	51.052
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>27</b>	<b>5.882.935</b>	<b>5.435.234</b>
Capital social - de domiciliados no exterior		2.599.740	2.599.740
Reserva de lucros		3.187.087	2.795.154
Ajustes de avaliação patrimonial		96.108	40.340
<b>Total do passivo</b>		<b>88.487.265</b>	<b>71.913.910</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 24 de março de 2020.

São Paulo, 24 de março de 2020

A Diretoria

**Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019** (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre		Exercícios
		2019	2019	
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>2.620.371</b>	<b>5.535.317</b>	<b>5.365.102</b>
Operações de crédito	8.g	375.910	1.225.663	1.174.560
Operações de arrendamento mercantil		24.465	39.715	14.942
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.907.279	3.967.573	3.305.147
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	396.188	(40.536)	481.631
Resultado de operações de câmbio		(148.611)	226.132	195.493
Resultado de aplicações compulsórias		65.140	116.770	103.012
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	-	90.317
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(1.683.567)</b>	<b>(3.775.105)</b>	<b>(3.199.493)</b>	
Operações de captação no mercado		(1.056.763)	(2.222.689)	(1.552.399)
Operações de empréstimos e repasses		(384.132)	(1.305.734)	(1.609.696)
Operações de arrendamento mercantil		(20.978)	(32.890)	(11.721)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	-	(11.436)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	(221.694)	(213.792)	(14.241)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>936.804</b>	<b>1.760.212</b>	<b>2.165.609</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>	<b>(100.882)</b>	<b>(287.888)</b>	<b>(698.256)</b>	
Receitas de prestação de serviços	28	342.538	708.420	1.017.574
Receitas de tarifas bancárias	28	31.579	71.267	69.778
Outras receitas operacionais	29	(370.641)	(692.289)	(659.212)
Outras despesas administrativas		(336.554)	(694.426)	(949.965)
Despesas tributárias		(91.910)	(198.320)	(277.237)
Resultado de participações em coligadas e controladas	15	44.255	89.931	83.432
Outras receitas operacionais	30	370.162	711.995	416.410
Outras despesas operacionais	30	(90.311)	(284.466)	(399.036)
<b>Resultado operacional</b>	<b>835.922</b>	<b>1.472.324</b>	<b>1.467.353</b>	
<b>Resultado não operacional</b>	<b>35.c</b>	<b>609</b>	<b>1.897</b>	<b>(947)</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>836.531</b>	<b>1.474.221</b>	<b>1.466.406</b>
<b>Provisão para imposto de renda e contribuição social</b>	<b>31</b>	<b>(115.739)</b>	<b>(199.368)</b>	<b>(348.421)</b>
Provisão para contribuição social	z	(148.727)	(273.589)	(92.508)
Ativo fiscal diferido		(90.773)	(168.539)	(78.942)
<b>Participações no lucro - empregados</b>	<b>(53.091)</b>	<b>(103.084)</b>	<b>(96.455)</b>	
<b>Lucro líquido</b>	<b>667.701</b>	<b>1.171.769</b>	<b>1.021.530</b>	
Quantidade de ações		27.280.307	28.307.688	28.307.688
Lucro líquido por lote de mil ações (em R\$)		23,59	41,39	36,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019** (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios
		2019	2019	
<b>Atividades operacionais</b>		<b>667.701</b>	<b>1.171.769</b>	<b>1.021.530</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>		<b>21.508</b>	<b>19.702</b>	<b>349.348</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	221.694	213.792	14.241
Provisão para contingências	25.b	5.730	96.561	38.761
Resultado de participações em coligadas e controladas	15	(44.255)	(89.931)	(83.432)
Amortização e depreciação		38.591	68.336	86.599
Insuficiência de depreciação		(9.961)		

continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

**l) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)**

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de impairment e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
- Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

**m) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

**n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do Bacen.

**f. Ativos e passivos contingentes**

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

**Ativos contingentes:** Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

**Passivos contingentes:** Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo: As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas mensalmente considerando a média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte: No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração o percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância, adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes tem sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e são provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações são qualificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações cíveis, fiscais e previdenciárias e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

**o) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre), a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada a 20% até 31 de dezembro de 2018. Em 12 de novembro de 2019, foi editada pelo Poder Executivo a Emenda Constitucional nº 103/2019, que altera o sistema de previdência social (reforma da previdência), elevando a alíquota da CSLL para os Bancos de qualquer espécie para 20%, a partir de 1º de março de 2020.

Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, concomitante com o que estabelece o § 2º da Circular nº 3.171, de 30 de dezembro 2002, o Banco registrou crédito tributário adicional, conforme descrito na nota 12.d.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

1. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
2. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseadas em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

**p) Plano de incentivos com base em ações**

O Banco participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup Inc., representado pelo seguinte programa:

**CAP (Capital Accumulation Program)**, que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA) em que o Banco efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

**q) Benefícios pós-emprego**

O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelo funcionários durante o ano. O Banco também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada semestralmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível ao Banco como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - asset ceiling).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impacto no balanço patrimonial do Banco em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo sendo superatuários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do asset ceiling.

**l. Benefícios de Curto Prazo**

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2019		2018	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano	Total
Disponibilidades em moeda nacional	2.961	731.426		
Disponibilidades em moedas estrangeiras	1.895.486	2.648.119		
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	436.569	680.724		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	72.014			
<b>Total</b>	<b>2.407.030</b>	<b>4.060.269</b>		

**5 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2019		2018	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano	Total
Aplicações em operações compromissadas	14.269.375			
Posição bancada	6.478.540			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.683.422			
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.795.118			
Posição financiada	3.361.283			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.859.506			
Notas do Tesouro Nacional - NTN	501.777			
Posição vendida	4.429.552			
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.970.742			
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.458.810			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	82.392	1.390.858	115.939	1.589.189
Certificados de depósitos interfinanceiros				1.080.217
<b>Total</b>	<b>14.351.767</b>	<b>1.390.858</b>	<b>115.939</b>	<b>15.858.564</b>

**6 Títulos e valores mobiliários**

**a) Títulos para negociação**

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

Títulos para negociação	2019		2018	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
<b>Carteira própria</b>	<b>7.611.540</b>	<b>7.612.348</b>	<b>7.770.152</b>	<b>7.883.813</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.119.144	3.117.534	2.239.708	2.259.754
Letras Financeiras do Tesouro - LFT			4.940	4.940
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.671.471	3.674.272	4.298.754	4.383.128
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	786.250	784.791	1.042.065	1.043.584
Ações de companhias abertas	18.218	18.546	20.636	25.727
Ações recebidas por empréstimos	16.457	17.205	164.049	166.680
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>	<b>4.729.894</b>	<b>4.731.998</b>	<b>2.963.818</b>	<b>2.991.899</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.159.736	4.159.086	2.963.818	2.991.899
Notas do Tesouro Nacional - NTN	570.158	572.912		
<b>Total</b>	<b>12.341.434</b>	<b>12.344.346</b>	<b>10.733.970</b>	<b>10.875.712</b>

Títulos para negociação	2019				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
<b>Carteira própria</b>	<b>35.751</b>	<b>1.778.147</b>	<b>716.104</b>	<b>1.390.957</b>	<b>821.407</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.012.058	685.834	1.069.711	349.931
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	11.568	321.246	471.476
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	766.089	18.702	-	-
Ações de companhias abertas	18.546	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	17.205	-	-	-	-
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.256.026</b>	<b>1.903.060</b>	<b>-</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	2.256.026	1.903.060	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	572.912
<b>Total</b>	<b>35.751</b>	<b>1.778.147</b>	<b>2.972.130</b>	<b>3.294.017</b>	<b>821.407</b>

**b) Títulos disponíveis para venda**

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

Títulos disponíveis para venda	2019		2018	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
<b>Carteira própria</b>	<b>6.118.281</b>	<b>6.205.089</b>	<b>4.540.478</b>	<b>4.589.545</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.105.245	3.182.072	2.303.002	2.339.312
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.220	6.219	5.869	5.868
Debêntures	2.266.057	2.275.690	2.231.607	2.244.365
Commercial Paper	740.759	741.108	-	-
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>	<b>2.275.903</b>	<b>2.346.727</b>	<b>525.309</b>	<b>538.658</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.275.903	2.346.727	525.309	538.658
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>6.538.376</b>	<b>6.733.744</b>	<b>6.359.926</b>	<b>6.514.958</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.803.304	4.837.097	4.721.002	4.749.898
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.705.072	1.862.481	1.608.924	1.732.803
Cotas de fundos de investimentos	30.000	34.166	30.000	32.257
<b>Total</b>	<b>14.932.560</b>	<b>15.285.560</b>	<b>11.425.713</b>	<b>11.643.161</b>

**7 Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossa exposição global e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições.

Contratos a termo e contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias são compromissos para comprar ou vender mercadorias em uma data futura, por um preço contratado, que serão liquidados em dinheiro. O valor nominal representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato.

Para esses instrumentos são efetuadas liquidações diárias relacionadas às variações nos preços de mercado.

Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente), aplicado sobre um valor referencial de principal.

Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias e ações, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

O valor de mercado dos swaps é apurado considerando os fluxos de caixa projetados de cada uma de suas pontas, descontados a valor presente de acordo com suas respectivas curvas de juros, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. Os cálculos das curvas de juros utilizam modelos auditados e aprovados internamente pela área responsável por gestão de riscos do grupo.

Para as opções, são utilizados modelos estatísticos que consideram a volatilidade do preço do ativo objeto e as taxas de juros representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros utilizadas na composição das curvas de juros são extraídas dos futuros e swaps negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados sem liquidez suficiente para serem representativos, ou, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte descumprir a sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de swaps proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em swaps, calculada na forma da Circular nº 3.360/2007 e atualizações posteriores, é de R\$ 16.347 (2018 - R\$ 31.755). A perda máxima associada aos contratos de opção se limita à extensão dos prêmios pagos em opções adquiridas. A exposição ao risco de crédito, associada à aquisição de ações, montia R\$ 1.243.613 (2018 - R\$ 929.685).

O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística que permitem ao Banco controlar estes fatores em operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Banco não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados para fins de hedge de risco de mercado e hedge de fluxo de caixa.

**a) O quadro a seguir resume o valor referencial atualizado e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos.**

Negociação	Exposição no balanço patrimonial			
	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Ativo Valor de mercado	Passivo Valor de mercado
<b>Derivativos de taxa de juros</b>				
Contratos futuros				
Compromisso de compra	1.971.892	-	-	-
Compromisso de venda	14.005.725	-	-	-
Contratos a termo				
Compra	701.637	-	685.979	(685.283)
Venda	1.686.494	-	1.618.592	(1.624.603)
Opções				
Compra	1.479.029	21.838	4.313	(53.448)
Venda	176.917	9	245	(1.681)
Contratos de swaps	3.410.889	97.221	208.798	(140.293)
<b>Derivativos de commodities</b>				
Opções				
Compra	5.943.455	-	190.620	(190.620)
Venda	5.865.224	-	42.063	(42.063)
Contratos de NDF	6.345.408	-	13.055	(116.442)
Contratos de swaps	3.661.454	-	18.458	(18.458)
<b>Derivativos cambiais</b>				
Contratos futuros				
Compromisso de compra	43.813.074	-	-	-
Compromisso de venda	5.157.489	-	-	-
Opções				
Compra	17.989.681	294.263	147.229	(431.314)
Venda	417.791.700	372.461	791.449	(456.424)
Contratos de NDF	28.171.976	267.004	301.611	(557.669)
Contratos de swaps	56.212.715	504.692	792.735	(1.554.274)
<b>Derivativos de ação e índices de ações</b>				
Contratos futuros				
Compromisso de compra	855.535	-	-	-
Compromisso de venda	104.508	-	-	-
Opções				



continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

**d) Reservas especiais de lucros**

Constituída a fim de registrar dividendos adicionais propostos declarados após o período contábil, que excederem a parcela do dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, enquanto não aprovados pela assembleia ou reunião de sócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o Banco constituiu reserva especial de lucro no montante de R\$ 43.615 (2018 - R\$ 25.907).

**e) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Em 17 de dezembro de 2019, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista dividendos no valor de R\$ 320.000, os quais serão debitados da conta "Reserva para Equalização de Dividendos". Em 28 de agosto de 2019, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista juros sobre capital próprio no valor de R\$ 171.256, os quais serão debitados da conta "Reserva para Equalização de Dividendos", com base de cálculo referente ao segundo e terceiro trimestres de 2019. Em 27 de junho de 2019, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista juros sobre capital próprio no valor de R\$ 95.494, os quais serão debitados da conta "Reserva para Equalização de Dividendos", com base de cálculo referente ao primeiro trimestre de 2019. Em 30 de maio de 2019, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista juros sobre capital próprio no valor de R\$ 193.086, os quais serão debitados da conta "Reserva para Equalização de Dividendos", com base de cálculo referente ao primeiro semestre de 2019. Em 27 de dezembro de 2018, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista juros sobre capital próprio no valor de R\$ 286.000, deste valor, R\$ 196.000 a débito da conta de Reserva estatutária - Reserva para equalização de dividendos, apurados no exercício de 2017 e R\$ 90.000 a débito de Lucros Acumulados de 2018. Em 30 de novembro de 2018, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista juros sobre capital próprio no valor de R\$ 273.000 a débito de Lucros Acumulados de 2018.

**f) Ajuste de avaliação patrimonial**

Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda de R\$ 214.299 (2018 - R\$ 131.823) e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada e assistência médica de R\$ (118.192) (2018 - R\$ (91.485)).

**28 Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias**

	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Receitas de administração de fundos de investimento <sup>(1)</sup>	3.418	6.381	2.843	2.843
Receitas de utilização de serviços	2.617	6.614	6.022	6.022
Receitas de garantias prestadas	34.744	80.044	90.282	90.282
Receitas de cobrança, de comissão e colocação de títulos	9.791	17.735	13.818	13.818
Receitas de assessoria econômica e financeira	687	1.638	8.095	8.095
Receitas de serviços financeiros <sup>(2)</sup>	9.685	75.491	327.812	327.812
Receitas com operações de cartões de crédito	15.130	34.172	41.501	41.501
Receitas de serviços prestados à ligadas <sup>(2)</sup>	236.152	423.922	448.814	448.814
Receitas de serviços de custódia	30.228	62.324	78.331	78.331
Outras	86	189	156	156
<b>Total</b>	<b>342.558</b>	<b>708.420</b>	<b>1.017.574</b>	<b>1.017.574</b>
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	31.550	71.207	69.335	69.335
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa física <sup>(3)</sup>	29	60	443	443
<b>Total</b>	<b>31.579</b>	<b>71.267</b>	<b>69.778</b>	<b>69.778</b>

<sup>(1)</sup> Trata-se de remuneração paga pelos administradores de fundos de investimentos externos, no qual o Banco presta serviço referente à distribuição de cotas.  
<sup>(2)</sup> Refere-se a contratos de prestação de serviços à ligadas, que gerou um impacto de R\$ 421.797 (2018 - R\$ 446.688).  
<sup>(3)</sup> Refere-se a prestação de serviço na transição das operações objeto da cisão.

**29 Outras despesas administrativas**

	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
Despesas de serviços de terceiros	(138.021)	(298.161)	(469.358)	(469.358)
Despesas de serviços técnicos especializados	(24.459)	(52.289)	(59.208)	(59.208)
Despesas de processamento de dados	-	(4.123)	(60.404)	(60.404)
Despesas de amortização e depreciação	(31.018)	(61.229)	(65.451)	(65.451)
Despesas de serviços	(9.116)	(19.500)	(37.987)	(37.987)
Despesas de comunicação do sistema financeiro	(75.216)	(144.411)	(129.396)	(129.396)
Despesas de aluguel	(17.831)	(38.809)	(39.825)	(39.825)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(10.573)	(20.370)	(28.698)	(28.698)
Despesas de promoções e relações públicas	(3.351)	(5.297)	(5.656)	(5.656)
Despesas de propaganda e publicidade	(6.312)	(8.225)	(8.631)	(8.631)
Despesas de serviços de segurança e vigilância	(2.883)	(6.252)	(9.336)	(9.336)
Despesas de viagens	(5.805)	(11.856)	(14.083)	(14.083)
Despesas de arrendamentos de bens	(468)	(650)	-	-
Despesas de água, energia e gás	(1.053)	(2.223)	(2.630)	(2.630)
Despesas de material	(650)	(1.417)	-	-
Despesas de transporte	(629)	(848)	-	-
Outras	(9.199)	(18.766)	(19.502)	(19.502)
<b>Total</b>	<b>(336.594)</b>	<b>(694.426)</b>	<b>(949.965)</b>	<b>(949.965)</b>

**30 Outras receitas/(despesas) operacionais**

	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
<b>Receitas</b>				
Receitas com operações de cartões de crédito <sup>(1)</sup>	21.132	25.087	11.201	11.201
Reversão de provisão para contingências (nota 25.b)	4.354	10.066	59.675	59.675
Atualização e recuperação de impostos	1.986	2.363	10.403	10.403
Atualização monetária de depósitos judiciais	5.227	16.070	22.600	22.600
Recuperação de encargos e despesas	711	981	622	622
Receitas com operações de cessão de crédito	118.065	260.056	235.725	235.725
Receitas com marcação a mercado de empréstimos de ações	103.347	262.916	4	4
Outras reversões de provisões operacionais	91.520	92.213	17.820	17.820
Ressarcimentos	7.385	14.738	32.672	32.672
Outras	16.435	27.505	25.688	25.688
<b>Total</b>	<b>370.162</b>	<b>711.995</b>	<b>416.410</b>	<b>416.410</b>
<b>Despesas</b>				
Despesas com operações de cartões de crédito <sup>(2)</sup>	(25.856)	(54.483)	(67.817)	(67.817)
Despesas com provisões de contingências (nota 25.b)	4.115	(77.316)	(63.906)	(63.906)
Atualização monetária de contingências (nota 25.b)	(14.967)	(30.178)	(32.399)	(32.399)
Despesas com administração de recursos	(12.119)	(3.222)	(6.398)	(6.398)
Varição cambial	(934)	(2.266)	(23.356)	(23.356)
Despesas com provisão de reestruturação de pessoal	(308)	(20.800)	(39.622)	(39.622)
Despesas de serviços prestados a ligadas <sup>(3)</sup>	(23.649)	(42.137)	(137.001)	(137.001)
Despesas com marcação a mercado de empréstimos de ações	-	-	(228)	(228)
Outras	(26.593)	(53.964)	(28.349)	(28.349)
<b>Total</b>	<b>(90.311)</b>	<b>(284.466)</b>	<b>(399.036)</b>	<b>(399.036)</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se, substancialmente, às receitas de juros de mora e multa por inadimplência dos portadores de cartão de crédito.  
<sup>(2)</sup> Refere-se, substancialmente, às comissões pagas às bandeiras e aos parceiros oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito.  
<sup>(3)</sup> Refere-se a despesas de contratos de prestação de serviços à ligadas.

**31 Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social**

	2º Semestre		Exercícios	
	2019	2019	2018	2018
<b>a) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda</b>				
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>836.531</b>	<b>1.474.221</b>	<b>1.466.406</b>	<b>1.466.406</b>
(-) Participação estatutária no lucro	(53.091)	(103.084)	(96.455)	(96.455)
(-) Despesas de juros sobre capital próprio	(171.257)	(459.836)	(559.000)	(559.000)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>612.183</b>	<b>911.301</b>	<b>810.951</b>	<b>810.951</b>
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>102.474</b>	<b>396.131</b>	<b>(332.116)</b>	<b>(332.116)</b>
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(76.123)	92.185	41.463	41.463
Provisão para devedores duvidosos	221.778	229.101	(91.619)	(91.619)
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	(26.736)	13.401	(41.963)	(41.963)
Provisão para bônus, gratificações e PLR	52.607	143.200	(158.413)	(158.413)
Provisão para outros pagamentos	(69.052)	(71.510)	78.887	78.887
Perdas em operações de crédito dedutíveis	-	-	(147.353)	(147.353)
Insuficiência de depreciação	-	(10.246)	(13.118)	(13.118)
<b>Diferenças permanentes</b>	<b>(109.309)</b>	<b>(193.883)</b>	<b>(100.028)</b>	<b>(100.028)</b>
Equivalência patrimonial	(44.255)	(89.931)	(83.432)	(83.432)
Perdas em operações de crédito não dedutíveis	-	-	5	5
Perdas em operações de crédito dedutíveis	(21.093)	(21.093)	(12.048)	(12.048)
Outras diferenças permanentes	(43.961)	(82.859)	(4.553)	(4.553)
<b>Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais</b>	<b>605.348</b>	<b>1.113.549</b>	<b>378.807</b>	<b>378.807</b>
<b>Base de cálculo do imposto de renda</b>	<b>605.348</b>	<b>1.113.549</b>	<b>378.807</b>	<b>378.807</b>
Alíquotas de 15% e adicional de 10% para o imposto de renda	(151.325)	(278.363)	(95.531)	(95.531)
Ajuste de exercício anterior	-	-	(785)	(785)
<b>Incentivos Fiscais de Dedução</b>	<b>2.598</b>	<b>4.774</b>	<b>3.809</b>	<b>3.809</b>
PAT - Programa de Alimentação	1.786	3.486	327	327
Operações de Caráter Cultural e Artístico	200	200	2.000	2.000
Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	60	60	501	501
Doações e Patrocínios ao Desporto	60	60	-	-
Fundo Nacional do Idoso	60	60	-	-
Prorrogação de Licença Maternidade (100%)	432	908	981	981
<b>Provisão para imposto de renda</b>	<b>(148.727)</b>	<b>(273.589)</b>	<b>(92.507)</b>	<b>(92.507)</b>
<b>Base tributável diferida</b>	<b>102.474</b>	<b>396.131</b>	<b>(332.116)</b>	<b>(332.116)</b>
Movimentação da provisão diferida para imposto de renda	25.619	99.033	(83.029)	(83.029)
<b>Total da provisão diferida</b>	<b>123.109</b>	<b>(174.557)</b>	<b>(175.536)</b>	<b>(175.536)</b>
<b>b) Demonstrativo da base de cálculo da contribuição social</b>				
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>836.531</b>	<b>1.474.221</b>	<b>1.466.406</b>	<b>1.466.406</b>
(-) Participação estatutária no lucro	(53.091)	(103.084)	(96.455)	(96.455)
(-) Despesas de juros sobre capital próprio	(171.257)	(459.836)	(559.000)	(559.000)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>612.183</b>	<b>911.301</b>	<b>810.951</b>	<b>810.951</b>
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>102.474</b>	<b>396.131</b>	<b>(332.116)</b>	<b>(332.116)</b>
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(76.123)	92.186	41.463	41.463
Provisão para devedores duvidosos	221.778	229.101	(91.619)	(91.619)
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	(26.736)	13.401	(41.963)	(41.963)
Provisão para bônus, gratificações e PLR	52.607	143.200	(158.413)	(158.413)
Provisão para outros pagamentos	(69.052)	(71.510)	78.887	78.887
Perdas em operações de crédito dedutíveis	-	-	(147.353)	(147.353)
Insuficiência de depreciação	-	(10.246)	(13.118)	(13.118)
<b>Diferenças permanentes</b>	<b>(109.507)</b>	<b>(194.083)</b>	<b>(100.028)</b>	<b>(100.028)</b>
Equivalência patrimonial	(44.255)	(89.931)	(83.432)	(83.432)
Perdas em operações de crédito não dedutíveis	-	-	5	5
Perdas em operações de crédito dedutíveis	(21.093)	(21.093)	(12.048)	(12.048)
Outras despesas não dedutíveis	(44.159)	(83.059)	(4.553)	(4.553)
<b>Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais e base negativa</b>	<b>605.150</b>	<b>1.123.596</b>	<b>391.925</b>	<b>391.925</b>
<b>Base de cálculo da contribuição social</b>	<b>605.150</b>	<b>1.123.596</b>	<b>391.925</b>	<b>391.925</b>
Alíquotas de 15% para contribuição social	(90.773)	(168.539)	(78.314)	(78.314)
Ajuste de exercício anterior	-	-	(628)	(628)
<b>Provisão para contribuição social</b>	<b>(90.773)</b>	<b>(168.539)</b>	<b>(78.942)</b>	<b>(78.942)</b>
<b>Base tributável diferida</b>	<b>102.474</b>	<b>406.378</b>	<b>(318.998)</b>	<b>(318.998)</b>
Movimentação da provisão diferida para contribuição social	15.371	60.957	(47.850)	(47.850)
Movimento majoração da alíquota CSLL 5%	82.771	82.771	(46.092)	(46.092)
<b>Total da provisão diferida</b>	<b>98.142</b>	<b>143.728</b>	<b>(93.942)</b>	<b>(93.942)</b>
<b>Total da contribuição social</b>	<b>7.370</b>	<b>(24.812)</b>	<b>(172.884)</b>	<b>(172.884)</b>

**32 Transações com partes relacionadas**

**a) Transações com partes relacionadas**  
 As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	2019			2018		
	Controladas <sup>(1)</sup>	No país <sup>(2)</sup>	No exterior <sup>(3)</sup>	Controladas <sup>(1)</sup>	No país <sup>(2)</sup>	No exterior <sup>(3)</sup>
<b>Ativo</b>						
Disponibilidades em moeda estrangeira	-	-	1.893.608	-	-	2.366.662
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	-	-	712.797	-	-	814.831
Outros créditos	36	2.062	13.517.063	142	7.133	7.454.004
Participações em coligadas e controladas no país	244.063	-	-	152.861	-	-
<b>Passivo</b>						
Depósitos	(657.248)	(2.364.896)	(1.381)	(599.949)	(4.221.205)	(781)
Captações no mercado aberto	(3.249.999)	(3.068.317)	(2.180.734)	(2.527.465)	(402.533)	(4.434.264)
Relações interfinanceiras	-	(2.005.752)	-	-	(1.103.230)	-
Relações interdependência	-	-	(86)	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(12.310.542)	-	-	(11.862.070)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.111.894)	-	-	(1.240.265)
Outras obrigações	(13)	(35.529)	(13.674.145)	-	(18.431)	(7.542.341)
<b>Recíproca (despesa)</b>						
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	338	(358.186)	-	-	(412.418)
Resultado de operações de câmbio	-	93	(52.750)	-	587	53.378
Resultado operações de captação no mercado	(162.760)	(224.538)	(182.381)	(176.371)	(256.067)	(156.624)
Despesas de operações de empréstimos e repasses	-	-	(326.775)	-	-	(239.523)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	6	1.278	787.266	701	5.990	733.944
Resultado em participações em coligadas e controladas	89.931	-				

→ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do Independent Risk Management do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

**36.5. Gerenciamento de risco de liquidez**  
Em cumprimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup. A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial

Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisadas e aprovadas pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

**36.6. Gerenciamento de risco socioambiental**  
A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 2014, nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional e o Normativo SARB (Sistema de Autorregulação Bancária) nº 14, da FEBRABAN, de 28 de agosto de 2014, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CRO, para gerenciamento de Risco Socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de socioambiental consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Socioambiental.

**36.7. Gerenciamento de riscos relevantes**

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

**37. Eventos subsequentes**

No Relatório anual do Citigroup (10-K), foi divulgado que em janeiro de 2020 a epidemia de coronavírus, iniciada na China, que atingiu diversos outros países, resultando em várias incertezas, incluindo o potencial impacto nas economias asiática e global, no comércio, no varejo e em clientes corporativos.

<b>A Diretoria</b>	<b>Contadora</b>	Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC: 1SP256989/0-0
--------------------	------------------	---

<b>Comitê de auditoria</b>		
----------------------------	--	--

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O Comitê reuniu-se formalmente por 14 vezes no período de 1º de janeiro de 2019 à 24 de março de 2020, onde desenvolveu as seguintes atividades:

a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e

conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.

b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.

c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 4.557/17, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos e gerenciamento integrado de riscos, respectivamente.

d. Em atendimento a Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, para o exercício de 2019, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 24 de março de 2020, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, (ii) dos assuntos de destaque do exercício e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 24 de março de 2020

**Comitê de Auditoria**

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

**Aos Administradores e à Diretoria do Banco Citibank S.A. São Paulo - SP**



**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Citibank S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Citibank S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2020.

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/0-6

**Luciana Liberal Sâmia**  
Contadora - CRC 1SP198502/0-8

Fotografe o QR Code e veja algumas das principais transações que contribuíram para o sucesso dos nossos clientes em 2019.

